



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 410/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1547/2015 – 05 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa – FUMIPEQ.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. David Valente Reis, Gestor do FUMIPEQ.

6- Unidade Técnica: DICAMI/MA – Relatório Conclusivo nº 03/2016 (fls. 972/998).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1740/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1000/1002).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa – FUMIPEQ. Exercício de 2014.

Contas regulares, com Ressalvas. Recomendação ao FUMIPEQ e à próxima Comissão de Inspeção. Multa ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM:

9.1- À unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator:

9.1.1 - julgar Regular, com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual do **Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa-FUMIPEQ**, exercício 2014, de responsabilidade do Sr. **David Valente Reis**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.1.2- Recomendar ao Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa que:

- pelo órgão;
- a)** Cumpra os prazos estabelecidos na Resolução nº 10/2012-TCE-AM;
 - b)** Informe corretamente os atos jurídicos no portal E-Contas;
 - c)** Encaminhe a esta Corte a prestação de contas dos convênios firmados
 - d)** Aplique corretamente a Lei nº 198/1993 e Decreto nº 1595/1993;
 - e)** Sane as pendências da Conta Responsáveis por despesas a regularizar;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 410/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.1.3- Recomendar à próxima Comissão de Inspeção que verifique se os documentos para o pagamento da bolsa empreendedor estão sendo corretamente preenchidos.

9.2 – Por maioria, nos termos do Voto-Destaque do Exmo. Sr. Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, aplicar ao responsável **multa**, nos termos do parágrafo único do artigo 53, da Lei 2423/96, no valor de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais);

Vencido o Relator que votou discordando da multa aplicada.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral